



Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Curso de Graduação em Direito

THALITA SOUZA ROCHA

MULHERES NEGRAS E INTERNET: DO RACISMO AO ATIVISMO

Brasília
Julho de 2017



Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Curso de Graduação em Direito

THALITA SOUZA ROCHA

MULHERES NEGRAS E INTERNET: DO RACISMO AO ATIVISMO.

Monografia apresentada à
Banca Examinadora da
Faculdade de Direito da
Universidade de Brasília como
requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Direito.

Orientador: Marcos Vinicius Lustosa Queiroz

Brasília
Julho de 2017

Agradecimentos

Primeiro a Deus, que sobre todas as coisas me deu condição de existir, e chegar até aqui.

Ao meu querido orientador/ouvido/amigo Marcos Queiroz, por tudo que trilhamos juntos dentro do espaço universitário desde a gestão identidade do Cadir até os momentos de militância negra dentro da faculdade de direito fechando com a melhor orientação que eu poderia ter. Pelo incentivo e apoio, e sobretudo pela paciência. Se eu cheguei é porque ele chegou junto comigo.

Aos meus pais por investir em mim aguardar, perseverar e acreditar. Eu os amo.

À minha irmã, que iniciou comigo a vida universitária e me apoiou até os segundos finais deste trabalho.

Aos meus amigos Paulo, Barbara, Clarissa e Victória, que me acompanharam durante a maior parte da minha graduação fisicamente e compartilhando angústias, sonhos, receios, e respostas. E por continuarem até o momento, nas lembranças e na solidariedade.

À Sthael que me apoiou e não me deixou desistir nenhuma vez. Me esperou, me ouviu, se preocupou pegou minha mão e fez valer o verdadeiro significado da palavra amizade.

À minha banca examinadora, Maíra Brito e Rodrigo Portela, por aceitarem ser meus leitores, pela imensa paciência e pelas conversas e dicas.

À militância negra da FD, em especial à Nana Barbosa, Ju Lopes, Laiana, Beatriz, Najara, pelos aprendizados conjuntos e por serem a minha porta de entrada na militância e minha rede pessoal de reconstrução de narrativas.

UBUNTU- eu sou porque
somos.

Resumo

Este trabalho pretende investigar porque mulheres negras vem sendo vítimas de ataques racistas na internet e como a articulação do movimento negro e movimento de mulheres negras na luta por direitos e empoderamento da população negra através do ativismo na internet sinaliza caminhos para o combate à discriminação racial para além da criminalização se apropriando do mesmo espaço onde ocorre a ofensa para ressignificação.

Palavras-chave: Racismo, mulheres negras, internet, discriminação racial

Abstract

The following work intends to investigate why black women have been victims of racist attacks on the Internet and how the black movement articulation and the black women movement in the struggle for rights and empowerment of the black population through internet activism signal ways to combat racial discrimination beyond criminalization and using the same place where the offense occurs for redetermination.

Key Words: Racism, black women, internet, racial discrimination

Sumário

1. Introdução.....	08
2. A articulação negra para criminalização do racismo.....	10
2.1-Movimentos no Brasil-colônia.....	10
2.2-Lutas emancipacionistas e o levante negro.....	11
2.3-Ditadura, Convenção Nacional do Negro e a Constituinte de 1988.....	18
3. A Mulher negra no imaginário social brasileiro.....	22
3.1- Mulheres Negras Organizadas.....	24
3.2- Da opressão à Apropriação.....	27
4. Internet em disputa.....	29
4.1-Na mira do ódio.....	31
4.2-A saída penal.....	33
4.3-Ressignificando a internet.....	35
Considerações Finais.....	37
Bibliografia.....	38

1. Introdução

Historicamente a população negra no Brasil luta para sua emancipação. Há um engajamento da população negra por seus direitos, desde o período do Brasil colonial, que das mais diversas formas resistiu ao regime de escravidão. Deslocar o olhar do vencedor para o vencido é importante para compreender os reflexos que são vividos até hoje pela população negra, trazendo um recorte sobre a mobilização de pessoas negras ao longo da história do Brasil que culminou na Constituição de 1988, e declaração da responsabilidade do Estado contra a discriminação racial.

A importância da constituição de 1988 se deve ao fato de que o Estado assume responsabilidade de resguardar os direitos dessa população historicamente oprimida. Outro instrumento de grande valor para o movimento negro é a lei 7.716/89 que criminaliza discriminação racial, ao colocar a integridade da pessoa negra enquanto bem jurídico a ser protegido. Esses instrumentos jurídicos foram resultado de uma agenda da população negra com o intuito de legitimar as denúncias de racismo e proteger os direitos das pessoas negras, além de garantir a possibilidade de demandar do Estado a responsabilização.

Para as mulheres negras o processo de exclusão teve para além do racismo a discriminação de gênero como agravante. O imaginário racista brasileiro colocou a mulher num lugar de subalternidade lhes negando a possibilidade de falar por si.

A partir da década de 80 é possível perceber no Brasil uma maior articulação dessas mulheres para reivindicar pautas concernentes às suas singularidades. Essa movimentação gerou incômodo à medida que essas mulheres denunciavam as condutas racistas e machistas naturalizadas nas relações sociais. Com as vozes amplificadas pelas ondas da internet, a militância das mulheres negras alcançou e vem alcançando cada vez mais interlocutores, que muitas vezes não estão dispostos a enxergar o racismo que tem dentro de si e de suas práticas, causando assim uma reação muitas vezes violenta como foi o caso da atriz Tais Araújo e a Cantora MC Carol. Este trabalho busca compreender então, porque a luta das pessoas negras para ressignificar-se gerou e gera tantas reações de ódio nas redes sociais e quais as possibilidades de combate à essas manifestações, dentro e fora do sistema de justiça.

2. A articulação negra para criminalização do racismo

A história quando olhada da perspectiva do colonizador silencia narrativas e articulações promovidas em outras esferas que não a do opressor. É preciso deslocar o olhar para compreender a quem interessa descrever a população negra como infantilizada, apática e desmobilizada diante dos processos políticos desde os tempos de escravidão até as desqualificações contemporâneas de discurso categorizadas como “vitimismo”.

Quando fazemos esse deslocamento surge então uma nova pintura, e nela organizações e intelectuais negros e negras tem forte atuação na mudança social, desde políticas públicas a reformas legislativas. Nesse entremeio, os aparelhos jurídicos do Estado Moderno, ora exploram, ora dominam, participando da emancipação racial.

O olhar crítico sobre passado do Brasil desenha uma nação que, além de ser um país que não protege a população negra, cria mecanismos de controle, opressão e segregação. Esse capítulo destina-se a compreender como a população negra desde os tempos da escravidão até a contemporaneidade se articulou de maneira a provocar o aparelho estatal para adoção de políticas que contemplassem positivamente a população negra. Não é o propósito desse trabalho se descortinar sobre a historiografia crítica da população negra, mas sim, trazer elementos de compreensão da trajetória dessa população para perceber como essa influencia os movimentos promovidos na atualidade.

2.1 Movimentos no Brasil colônia

Até 1830 vigoraram no Brasil leis Portuguesas, que consideravam os escravizados como propriedade, como coisa, equiparados a um bem móvel ao mesmo tempo em que lhes atribuía algum caráter humano para fins de condenação a algum crime que cometessem. Eram tratados como animais, e instrumento de trabalho; eram a força motriz da produção de riqueza para o país e concomitante considerados mercadoria com alto valor no mercado. O Estado negava-lhes a condição de sujeitos de direito, mas lhes imputava a responsabilização penal. (JÚNIOR, 2006:102)

Sob as antigas leis portuguesas, o escravizado era uma “coisa”, propriedade de outra pessoa, sem nenhum direito político ou civil, sem personalidade jurídica, embora fosse condenado pelos crimes que cometesse. O Título LXX¹ criminalizava reuniões, festas ou bailes organizados por escravizados. (JUNIOR. 2006. Pg.102)

Às mulheres negras, nada foi poupado. Essas serviam tanto na agricultura quanto para a vida doméstica. Ocupavam-se de todos os afazeres da casa grande além de amamentar as crianças dos senhores, de ter de suportar estupros quando eram atraentes, sofrendo reações ciumentas das senhoras. Só após o trabalho pesado na casa grande lhes restavam os cuidados dos próprios filhos, e ainda assistir a seus companheiros vindos das plantações. (GONZALEZ, 1982, p. 92)

Embora a legislação do período escravista fosse altamente opressiva, a população negra escravizada encontrou formas de se insurgir contra seus senhores. De forma coletiva ou individual, encontravam maneiras de (insurgir) contra seus senhores, seja através de fugas para os quilombos, invasão das fazendas, guerrilhas nas matas, suicídio, depressão psicológica (banzo) e também a participação em movimentos sociais.

Lélia GONZALEZ (1982) traz ainda uma forma de resistência dessas mulheres denominada resistência passiva, na qual essas mucamas, através do cuidado dos filhos dos senhores, transmitiu-lhes a cultura negra, histórias de fundamental importância na formação dos valores e crenças do povo promovendo a africanização da cultura brasileira.

A despeito do discurso ainda muito difundido sobre a passividade dos escravizados e aceitação da condição de escravidão, o povo negro sempre buscou formas de resistência ao sistema extremamente opressor a que fora submetido. A quilombagem pode ser considerada o movimento mais expressivo de resistência. Organizado e dirigido pelos próprios escravos, foi um fenômeno que ocorreu em todo o território nacional. Clóvis Moura traz uma perspectiva sobre a importância da existência dos quilombos:

O quilombo aparece, assim, como aquele módulo de resistência mais representativo (quer pela sua quantidade, quer pela sua continuidade histórica) que existiu. Estabelecia uma fronteira social, cultural e militar contra

¹ Ordenações Filipinas, acesso em 08/11/16. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>.

o sistema que oprimia o escravo, e se constituía numa unidade permanente e mais ou menos estável na proporção em que as forças repressivas agiam menos ou mais ativamente contra ele. Dessa forma, o quilombo é o centro organizacional da quilombagem[...] (MOURA, 1992:23).

Outro importante fator negligenciado pela história contada pelo colonizador, é a existência do primeiro Estado livre no continente americano, a República Negra de Palmares, que exigiu grande esforço bélico das autoridades coloniais para desarticulá-lo. Essa considerada como a primeira tentativa de organização de uma sociedade democrática e igualitária, sob uma real harmonia racial de sua população constituída por negros, índios, brancos e mestiços. Palmares e os quilombos foi a manifestação de resistência da maior importância, uma vez que:

Articula-se nacionalmente desde os primórdios da escravidão, atravessa todo o sistema escravista, desarticulando-o constantemente e, assume, muitas vezes, o aspecto ameaçador para a classe senhorial, como no caso da República de Palmares. MOURA, 1992, p. 25).

O quilombismo acabou por desempenhar um papel importante de desgaste econômico que produzia consequências sociais, a ameaça constante de rebelião consumia o aparelho repressor do Estado que por falta de eficácia ou de legitimidade foi ficando cada vez mais difícil cessar as revoltas além disso, houve um aumento significativo dos indivíduos que colaboravam com as fugas. Ao mesmo tempo, começava a emergir uma opinião crítica especialmente nos setores que não dependiam do regime escravocrata. Começa a surgir uma nova ideologia, cada vez mais influente que, racionalizava as revoltas dos escravizados, e muitas vezes dando cobertura e sendo respaldada por grande parte da opinião pública e da imprensa. (JUNIOR, 2006).

2.2 Lutas emancipacionistas e o levante negro

As lutas emancipacionistas promoveram uma aproximação da população escravizada com movimentos sociais de caráter revolucionário como por exemplo a Revolução pernambucana, seja de maneira autônoma ou ainda, seguindo ordens de seus senhores, provocando um desajuste na relação entre escravizado e senhor, vez

que os dois lutavam como “iguais” nos campos de batalha. Os desajustes sociais internos, a pressão externa feita principalmente pela Inglaterra, e a demanda por uma substituição da mão-de-obra trabalhadora livre, entre outros fatores internos e externos acabaram por culminar na promulgação de uma legislação que gradualmente extinguiu a escravidão formal, inicialmente com o fim do comércio de escravos, a liberação dos sexagenários, a lei do ventre livre e, por fim, a abolição do regime escravista com a Lei Áurea.

O momento pós-abolicionista foi de muita tensão para os recém libertos. Além da resistência de alguns fazendeiros, não houve qualquer preocupação em promover-se políticas públicas de inclusão dessa população, bem como a edição de uma legislação que procurava criminalizar sua forma de vida como o Código Penal da Primeira República, Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890, no capítulo XIII – “Dos vadios e capoeiras”:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena -de prisão celular por dois a seis meses.

Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dôbro.

Art. 403. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400.

Parágrafo único. Se fôr estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranqüilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.

O fim do século XIX e início do XX é demarcado por greves, protestos e conflitos políticos e sociais, com expressiva participação da população negra. Sobre isso Laurentino traz:

Conflitos entre fazendeiros e seus ex-escravizados sobre a posse e uso da terra e sobre o controle da mão-de-obra, migrações para outras áreas rurais e urbanas, organizações camponesas e sindicais e outros formatos de

organização e ação política rearticularam os discursos do período pós-emancipação, ainda que a partir de narrativas nas quais as questões raciais não eram exclusivas ou explícitas. A questão racial ainda não tinha sido articulada em um discurso racial emancipatório e próprio, politicamente independente. Isso irá mudar nas primeiras décadas do século XX. (JUNIOR, 2006, pg 146)

A população negra começa a se organizar em agrupamentos culturais a fim de legitimar sua existência para a sociedade e também diante da legislação. (GONZALEZ, 1982). A abolição da escravidão no Brasil, em 1888, sem uma política de inserção social, gerou a marginalização na nova ordem social que então nascia. Um mercado de trabalho que se voltava para os imigrantes, e a constante criminalização de sua forma de vida, suas práticas culturais e religiosas formavam um quadro extremamente desfavorável para a população negra.

Essas entidades culturais com grandes grupamentos de negros foram de grande importância no fortalecimento de uma prática política, preparadora para os movimentos negros que se seguiriam (GONZALEZ, 1982). O encontro rotineiro, com pessoas que sofriam os mesmos problemas, trouxe uma consciência coletiva sobre exclusão social a que estavam submetidos. A partir dessa conscientização passaram a buscar meios de protestar e buscar uma autoafirmação, conjuntamente à construção de uma identidade positiva. Esses movimentos de organização da população negra sofreram grande repressão e vigilância dos órgãos de segurança, sempre vistos como subversivos.

Surge também nesse período a Imprensa Negra que foi a grande propagadora do abolicionismo negro. Acerca da imprensa negra JUNIOR (2006) expõe:

É nesse contexto, em meados da primeira década, que surge a imprensa negra, ligando-se ao clima geral de fermentação de ideias, de ebulição social e de renovação política. A imprensa negra, apesar das limitações decorrentes da desorganização social, da incapacidade de cooperação em fins coletivos próprios, da inexperiência política e dos elevados índices de analfabetismo da diáspora negra, suscitou uma nova atitude política que reunia aspirações integracionistas e assimilacionistas em reivindicações igualitárias, e mobilizou um segmento da diáspora negra para o debate e a busca de soluções para os “problemas raciais brasileiros”.

A primeira grande organização negra na república foi a Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, que conseguiu mobilizar milhares de negros e negras, de caráter eminentemente urbano, a partir da intensa modernização e industrialização que se dava na cidade de São Paulo, onde se iniciou a integração dessa população na sociedade a partir da interrupção da imigração europeia feita pelo governo Vargas.

A FNB alinhou-se à política populista de Vargas. Ao denunciar o racismo, buscavam também superar os estigmas herdados da escravidão e romper com a forma tradicional de dominação. Mas acreditavam ser necessário o “saneamento moral” dentro de sua comunidade, endossando aspectos dos projetos de governo Vargas de transformação do homem brasileiro, centrado na valorização do trabalho, da obediência e da homogeneização social. A FNB trouxe, portanto, um projeto de atuação reivindicatória com uma posição de integração na sociedade brasileira, visando a ascensão social dos ex-escravizados. Essa associação no entanto, não apresentou uma posição homogênea entre seus associados, vindo a assumir diferentes dimensões expressivas dos múltiplos projetos e embates internos. (JUNIOR, 2006)

A partir da década de 30 a ideia de democracia racial articulada com o projeto de embranquecimento, sobretudo no plano jurídico, começa a se aprofundar no Brasil, que ainda oscilava entre a afirmação positiva da figura do negro no processo de formação brasileira, e a reminiscência das teorias eugênicas do período anterior. (PIRES, 2013) Essa contradição é notória no texto da Constituição de 1934, que pela primeira vez traz a proibição de privilégios baseados em raça, sexo, profissão, classe, riqueza, crença religiosa ou ideias políticas em seu artigo 113²:

Art 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

- 1) Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas.

Ao mesmo tempo em que prevê o ensino da eugenia, e ainda estabelece restrições étnicas para entrada de imigrantes no Brasil:

² Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 28/11/2016

Artigo 121 – (...)

§ 6º: “A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias á garantia da integração ethnica e capacidade physica e civil do immigrante”

Artigo 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

(...) b) estimular a educação eugênica.”

A FNB teve fundamental importância na politização do discurso e consolidação da consciência de como as relações raciais transpassavam todas as grandes questões nacionais. Entretanto, com a instauração da Ditadura de Vargas acabou sendo extinta e perseguida juntamente com sindicatos e outras organizações de oposição ao governo. Apesar do populismo assimilacionista de Vargas, é fortalecida a ideia de harmonia, mediante a valorização da coletividade brasileira, tornando-a uma massa homogênea e desconsiderando suas particulares trajetórias. Nesse momento a cultura negra é incorporada enquanto “cultura popular” ou “folclore”. Essa folclorização acaba por reduzir a diversidade das culturas populares associando-as unicamente à arte, música, ou culinária, tornando a cultura popular “obsoleta” e “museificada”, desassociando-a dos processos sociais e reduzindo-a a objetos ou produtos dando outro sentido a eles. (JUNIOR, 2006)

Esta disputa da cultura negra tem em Abdias do Nascimento um líder expressivo, fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, que pretendia organizar um tipo de ação que simultaneamente tivesse significação cultural, valor artístico e função social, reclamando, através de oportunidades coletivas, a abertura de oportunidades reais de ascensão econômica, cultural, política, social, para o negro, respeitando-se sua origem africana. (JUNIOR, 2006)

Logo após o fim do Estado Novo aqueles intelectuais negros que estiveram próximos da Frente Negra Brasileira e outros militantes, voltaram a se organizar e mobilizar com o objetivo de influenciar a constituição que estava por vir. Ocorre então em 1945 a Convenção Nacional do Negro³, que tencionava lançar as bases para a atuação do novo ativismo negro. (GUIMARÃES e MACEDO, 2008)

³ De acordo com Éle Semog (2006:150): “A proposta da Convenção Nacional do Negro Brasileiro era discutir as questões de natureza social, política e cultural do negro, com vistas à apresentação de propostas para a Constituinte que se instalou naquele ano. Resultou dessas convenções o Manifesto à Nação Brasileira, com uma série de propostas, dentre as quais se destacavam a admissão de gente negra para a educação secundária e superior e a formulação de uma lei antidiscriminatória,

Essas bases estão expostas no “Manifesto à Nação Brasileira”, documento que resumizava as reivindicações dos ativistas presentes e as colocavam como propostas a serem debatidas na Assembleia Nacional Constituinte, que viria a se realizar em 1946. Sobre o documento destaca-se o projeto de acesso à educação que seria o embrião das cotas raciais. (JUNIOR, 2006)

Embora tenha sido encaminhado a todos os partidos políticos as demandas ali suscitadas não foram necessariamente acolhidas, a única menção que houve no texto de 1946, foi uma previsão genérica contra a discriminação racial no §5º do artigo 141:

“A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 5º - É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe⁴.

No início da década de 1950 a luta por direitos civis nos Estados Unidos, e os movimentos de descolonização que ocorriam no continente africano, movimentavam o cenário internacional e colocavam o combate ao racismo como tema relevante na agenda política das Nações Unidas. Foi publicada em 1950 a primeira Declaração sobre Raça, pouco mais de um ano após a Declaração Universal de Direitos Humanos. Existia uma grande preocupação em combater as ideologias racistas que deram suporte ao nazismo, provocando a morte de milhares de pessoas ao acreditar em uma suposta superioridade de determinada raça sobre as demais. (MELO, 2010)

acompanhada de medidas concretas para impedir que se continuasse somente uma proclamação jurídica, vazia e sem sentido. [...] O processo político decorrente da Convenção implicou o envio do Manifesto para todos os partidos políticos, o que resultou em cartas de apoio do Partido Social Democrático, da União Democrática Nacional e do Partido Comunista, na pessoa de seu principal líder, Sr. Luís Carlos Prestes. Um ano depois, na Constituinte de 1946, o senador Hamilton Nogueira, tomando por base o Manifesto à Nação Brasileira, encaminhou projeto à Constituinte, criminalizando a discriminação racial, que se aprovado, integraria o texto constitucional de 1946. A proposta do senador Hamilton Nogueira foi detonada, de forma veemente pelo único representante negro na Assembleia Constituinte, o deputado federal pelo Partido Comunista, Claudino José da Silva. Este, sob a orientação do Partido, afirmou que uma proposta contra o racismo restringiria o sentido mais amplo da democracia; e recebeu, evidentemente, apoios diversos dos demais parlamentares. Para justificar a rejeição da medida antidiscriminatória, alegava-se a falta de provas da existência de discriminação racial no país”. (apud PIRES, 2013, pg 94)

⁴ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso: 28/12/2016.

Como exemplo dessa política de combate ao racismo em nível mundial, destaca-se a série de encontros promovidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), e a criação da Divisão de Estudos sobre Problemas Raciais, que possibilitou a investigação sobre o processo de miscigenação do Brasil, até então lida como bem sucedida no cenário internacional. Esses encontros e congressos resultaram na publicação de documentos e pesquisas elaborados por cientistas sociais, que tratavam das relações raciais e seus desdobramentos. (MELO, 2010)

O estudo feito pela UNESCO evidenciou como a questão racial era vista a partir de duas perspectivas: por um lado, na visão da maioria da população, as relações entre pessoas de diferentes raças ou cores era pautada pela convivência harmoniosa, visão influenciada pela ideologia da democracia racial⁵; por outro lado, essa ideia de harmonia racial já contestada e especialmente o TEN que contribuiu para a agitação intelectual e política das reivindicações da comunidade. (JUNIOR, 2006)

Em 1951 é editada a primeira lei brasileira que tipifica o racismo. A Lei 1.390 de 03 de julho de 1951, denominada Lei Afonso Arinos, inclui entre as contravenções penais, traduzindo a prática de racismo como a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor, punindo com multa e prisão simples de um ano no máximo, e em casos específicos a perda de cargo público. (JUNIOR, 2006)

Apesar de seu caráter progressista, a lei Afonso Arinos produziu poucos efeitos concretos no âmbito do sistema de justiça, tendo em vista o funcionamento racializado das instituições. Para além dos efeitos diretos, a legislação tratou a discriminação racial como problema privado, e não do Estado, o que impulsionou uma militância no sentido da tipificação da conduta como crime. A criminalização do racismo foi assim o carro chefe das pautas reivindicadas pelo movimento negro, mesmo sendo abafado

⁵ “A democracia foi racial fortemente propagada pelo Estado desde o populismo de Getúlio Vargas, através de uma integração subordinada dos grupos marginalizados. A ideologia da “nacionalidade morena” transformação da cultura afro-brasileira em cultura popular, num processo de coletivização de vontades que sufocava a heterogênea e estratificada sociedade brasileira. Ignorava-se o conflito racial decorrente da precária cidadania e marginalização da população negra, através da manutenção da ordem patrimonial histórica. O mito da democracia racial – termo cunhado por Florestan Fernandes, importante pesquisador da década de 60, entende esse fenômeno como uma ideologia que dificulta o reconhecimento do racismo e da discriminação na sociedade brasileira.” (JUNIOR, 2006, p. 186)

com a repressão do período da ditadura militar, juntamente a demandas por políticas de reconhecimento além da implantação de ações afirmativas.

2.3 Ditadura, Convenção Nacional do Negro e a Constituinte de 1988

A partir dos anos 1970, em meio ao processo de abertura política e a intensificação da oposição ao regime militar, os militantes negros se concentraram em torno de um único partido que formaria o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNU que foi de grande importância na luta contra a discriminação. O A “Carta de Princípios”, escrita em 1978 pelas lideranças do Movimento Negro Unificado (MNU), já reivindicava a reavaliação do papel do negro na história do Brasil e a valorização da cultura negra. (GONZALES, 1982)

A pressão pelo combate ao mito da democracia racial e a afirmação de direitos fundamentais ficaram mais significativos com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), não sem encontrar resistência por parte do Estado brasileiro. O MNU teve uma atuação importante na luta contra a discriminação, caracterizando-se sua ação por contestar o regime autoritário, e em denunciar para o país e para o mundo o racismo existente nas relações sociais da sociedade brasileira. É também nesse momento de unificação dos esforços que avança a participação das mulheres negras dentro do movimento negro, que passaram a realizar encontros para tratar de demandas específicas relativas à sua vivência por sua raça e gênero, tal como a criação de filhos, o branqueamento do homem negro e sua situação enquanto empregada doméstica dentro do cenário de reprodução racista. (GONZALEZ, 1982)

Medidas concretas para enfrentamento ao racismo só começaram a ocorrer de fato a partir da década de 80. Antes disso o governo brasileiro era pouco receptivo a propostas e ações que desmistificassem a ideologia da democracia racial. É na década de 80, mais especificamente no ano de 1988 – o ano de promulgação da “Constituição Cidadã”, que medidas além da mera proteção cultural serão propostas. Nesse processo, é importante destacar que apenas 2% da composição da Assembleia Constituinte era feita por representantes que se autodeclaravam negros e negras (PIRES, 2013). Em decorrência dessa significativa ausência é que a participação do Movimento Negro Unificado, e outras formas de representação, tiveram papel fundamental nas negociações políticas das demandas da população negra.

A militância negra, mesmo diversa e fragmentada, reuniu-se para realizar a Convenção Nacional do Negro em 1986 para unificar os projetos de enfrentamento da desigualdade racial e apresentar assim, à Constituinte de 1987 um manifesto contendo as seguintes demandas:

1) a obrigatoriedade do ensino de história das populações negras na construção de um modelo educacional contra o racismo e a discriminação; 2) a garantia do título de propriedade das terras ocupadas por comunidade quilombolas; 3) a criminalização do racismo; 4) a previsão de ações compensatórias relativas à alimentação, transporte, vestuário, acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde e aos demais direitos sociais; 5) liberdade religiosa; e, 6) a proibição de que o Brasil mantivesse relações com os países que praticassem discriminação e que violassem as Declarações de Direitos Humanos já assinadas e ratificadas pelo país. (PIRES, 2013, p. 222)

Entre as décadas de 50 e 60 houve grande repressão aos movimentos sociais, especialmente devido à instauração da Ditadura Militar, e consequente desarticulação da elite intelectual negra. Houve por parte do Estado uma negação da problemática racial vivida no país, que se utilizou do mito da democracia racial para forjar uma unidade da sociedade transformando as discussões sobre racismo em pauta de segurança nacional. Mesmo nesse cenário pouco favorável, o Brasil ratificou documentos internacionais importantes que o comprometiam à luta contra a discriminação racial, dentre eles a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968); a Convenção 111 OIT que trata da discriminação no Emprego e na Ocupação em 1958 e a Convenção relativa à luta contra a discriminação no ensino em 1960. Esses compromissos, somados à flagrante denúncia do mito da democracia racial pelo Projeto UNESCO, levaram o Estado a abordar na Constituição de 1967 o tema do preconceito racial reprimindo explicitamente a conduta no artigo 150, parágrafos 1 e 8:

Artigo 150, §1º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei”;

§ 8º “É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto à espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será,

porém tolerada, a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.”

O texto final apresentado na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, passou por diversas modificações no seu texto, tendo muito de seu conteúdo original deixado de lado pelos constituintes. Apesar disso, o texto da Constituição de 1988 foi o de mais expressiva participação popular. Instituições, movimentos sociais e diversos setores sociais puderam levar demandas e participar das audiências públicas no Congresso Nacional (PIRES, 2013). É preciso destacar que, enquanto a população negra configurava 46% do total da população brasileira, sua representação no congresso consistia em apenas 11 representantes, ou módicos 2%. (PIRES, 2013).

No dia 05 de outubro de 1988 a Constituição é promulgada e traz em seu bojo o enfrentamento ao racismo a partir de três frentes assim organizadas por PIREs:

[...]a primeira, que protege as relações raciais a partir das ideias de dignidade humana, liberdade, igualdade e propriedade; a segunda, no âmbito dos direitos sociais ao trabalho e à educação; por fim, a partir do direito fundamental à cultura. (2013)

Depois de passar por todo o processo legislativo, o texto final da constituição trouxe a questão racial através dos seguintes artigos e enunciados: Preâmbulo; art. 1º III; art. 3º I e IV; art. 4º II e VIII; art. 5º *caput* e incisos VI, VII, VIII, XLI, XLII, XLIX, §§ 1º e 2º; art. 7º XXX; art. 206 I; art. 215 *caput* e §§ 1º e 2º; art. 216 *caput* e § 5º; art.227 *caput*; art. 242 1º e art. 68 do ADCT. (PIRES, 2013)

O texto final da Constituição foi muito comemorado pelos representantes da militância negra uma vez que a partir daquele documento ficava registrada a entrada das questões raciais na agenda política do Brasil, sendo consolidada e tendo a partir daí seus efeitos difundidos nos textos jurídicos vigentes, exigindo do parlamento atenção àquelas demandas não só no momento constituinte, mas também posteriormente quando da regulamentação infraconstitucional. (PIRES, 2013)

A criminalização do racismo prevista no art. 5º, XLII, da Constituição, sofreu grande pressão do movimento negro para sua regulamentação, sendo aprovada então menos de um ano depois em janeiro de 1989 a Lei 7.716 conhecida como Lei Caó pelo nome do deputado que apresentou o projeto de regulamentação. (GAY e QUINTANS, 2017)

O combate ao racismo foi também previsto no art. CF/88 “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.” A pressão do movimento negro foi grande, e rapidamente o artigo 5º, XLII, da CF/88 foi regulamentado pela Lei nº 7.716, em 5 de janeiro de 1989. Essa lei ficou conhecida como Lei Caó, modificada posteriormente pela Lei nº 9.459 de 13 de maio de 1997. (GAY e QUINTANS, 2017)

GAY e QUINTANS salientam ainda que:

“[...] o reconhecimento e a efetivação do direito pelo Estado não são dados, mas requerem mobilização popular dos movimentos sociais, enquanto sujeitos coletivos de direito”. As disputas do processo constituinte que são políticas e não apenas normativas, revelam uma dimensão pedagógica e não podem ser compreendidas apartadas de uma interpretação sócio-política e histórica da realidade.

Mesmo com as vitórias empreendidas na Constituição de 1988, as lutas travadas pelo movimento negro continuam até os dias atuais, pelo reconhecimento e efetivação dos seus direitos. A partir desse período a militância negra fragmentou-se e diversificou sua pauta surgindo novas organizações e movimentos como feminismo negro que tem se destacado no enfrentamento às novas disputas, e na articulação para realização de novas políticas públicas, como direitos reprodutivos, cotas raciais, e etc. (GAY e QUINTANS, 2017)

Além da luta por direitos, dentro do campo material, o movimento negro tem investido na construção de novos referenciais e um novo ideário para a sociedade brasileira que desconstrua certas verdades absolutas, através das manifestações artísticas, protestos de rua, formação política, e também a apropriação do espaço cibernético para suas disputas e diálogos. (GAY e QUINTANS, 2017)

3. A Mulher negra no imaginário social

A estruturação da identidade nacional tem na sua origem a violação das mulheres negras e indígenas por senhores brancos, promovendo a partir daí a miscigenação que resultou na articulação de um pensamento que valida a noção falsa de democracia racial. A versão oficial sobre relações raciais até hoje difundida foi a formulada por Gilberto Freyre, no início da década de 30. Sua obra, ao destacar as contribuições positivas do africano para a cultura brasileira, acabou por subverter as premissas racistas presentes no pensamento social no fim do século XIX e início do XX, ao enfatizar a flexibilidade cultural do colonizador português e o avançado grau de mistura racial da população do país, silenciando a violência sexual sofrida pelas mulheres e resultando na formulação do mito da democracia racial (GONZALEZ e HASENBALG, 1982).

No livro *Casa Grande e Senzala* (1933), repetidamente analisado por mulheres negras ao denunciar o mito da democracia racial, nota-se o acobertamento do racismo a partir de uma visão harmoniosa e doce entre os brasileiros miscigenados. Partindo de uma análise da esfera privada das relações, Freyre vai desenhando uma imagem sobre as mulheres escravizadas no espaço da casa grande que resvalam nos estereótipos em circulação até os dias atuais. O estereótipo da *mulata* pode ser compreendido como central na imagem do Brasil como país mestiço a partir do apagamento da violação sexual, e do papel designado às mulheres negras na construção da subjetividade do povo brasileiro. (CESTARI, 2015),

Essa violência sexual fundamenta as hierarquias de gênero e raça negando o papel da mulher negra na formação da cultura nacional e convertendo a violência sexual contra mulheres negras em romance. As reminiscências do período colonial no entanto não ficaram no passado, mas perpassam o tempo dentro de um imaginário social que adquire novas facetas e mas mantém inalteradas as relações de gênero e raça instituídas durante o período da escravidão.

O Brasil se insere na ordem industrial competitiva e da reorganização dos segmentos sociais do mercado de trabalho na indústria, mas mulher negra fica de fora dessa reorganização. A ex-escravizada passa a ser empregada doméstica, cabendo ao segmento negro, a execução de trabalhos manuais. A figura da mulata é compreendida por Lélia Gonzalez (1984), como uma das faces da dupla imagem da

mulher negra hoje. A outra é a da empregada doméstica, nos discursos que articulam racismo e sexismo produzindo efeitos violentos para a mulher negra em particular.

Nesse sentido, a mulata representa o encontro harmonioso entre colonizador branco e escravizada negra e a figura da empregada doméstica, prisão da mulher negra ao corpo-trabalho, naturalização e fixação de sua subalternização que apaga sua construção histórica, esta última significada como mãe preta, novamente a harmonia instalada entre brancos e negros por sua suposta participação na família patriarcal branca, na contradição de estar e não ser da Casa Grande.

Raquel Barreto, na análise do pensamento de Angela Davis e Lélia Gonzalez ressalta a convergência das autoras sobre o lugar da raça na mediação com a categoria gênero:

Angela e Lélia, ao desenvolverem o seu pensamento, tinham como eixos norteadores as relações de classe, gênero e raça. Na prática, observamos que suas análises atribuíram importância maior a uma das categorias, coincidentemente a categoria gênero, categoria esta que, quando isolada, não teve grande peso nas análises das autoras. Angela, por sua formação marxista, deteve-se mais na questão da classe e Lélia na da raça. Essas diferenças também se relacionam a questões da época. Na geração de Angela, a discussão de classe foi um grande definidor e diferenciador do movimento negro em relação à geração anterior do movimento de direitos civis que tinha a inclusão como questão. Em relação à Lélia, as discussões estavam bem ligadas ao contexto, caracterizado pela emergência de novos sujeitos, para além da discussão da classe, daí a importância da categoria raça.

As referências sobre a mulher negra vão oscilar então, entre a figura sexualmente atrativa ou feita para o trabalho. As duas categorias, do trabalho subalternizado e do prazer corporal vão acompanhar as imagens midiáticas da mulher negra. Cria-se assim uma organização dos sentidos sobre mulheres negras remetidos a uma história, a uma rede histórica da memória, que retira a humanidade destas mulheres na possibilidade de se significarem fora desta rede de estereótipos de gênero e raça. (CESTARI, 2015)

É recorrente a articulação entre os temas dos estereótipos e do silenciamento. Ser significada pelo corpo é não ter direito sobre o próprio corpo, sobre a própria vida, sobre as próprias palavras que dizem sobre *ser mulher negra* e sobre este corpo. O corpo do estereótipo é um corpo sem voz própria. Ser mulher negra é carregar esta marca. Estes corpos expostos de mulheres negras são os corpos dos sentidos dominantes. A exposição do corpo da mulher negra como exótico e hipersexual - produz como paradoxo uma super exposição e a invisibilização daquelas mulheres negras que não querem ser significadas pelo corpo.

Esse passado escravista, somado correlação entre gênero e raça provocou o que Sueli Carneiro (2003) denominou de subalternização do gênero segundo a raça: As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enrudecedor, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica (CARNEIRO, 2003).

Mesmo submetidas à essa condição no imaginário social, as mulheres negras não se sujeitaram a permanecer aí, antes disputaram os sentidos de si a partir da afirmação de uma identidade negra e feminina, em oposição à depreciação histórica de sua imagem das mais diversas formas, seja através de protestos políticos, seja pela defesa de uma estética negra e outras formas. Se organizando a partir do movimento negro e se negando à permanecer no papel socialmente a elas imputado.

3.1 Mulheres Negras Organizadas

A trajetória de luta das mulheres negras no Brasil se inicia já no período colonial, nas estratégias de sobrevivência ao regime escravocrata, na liderança de movimentos de libertação do povo negro, rebeliões nas senzalas, fugas, a formação dos quilombos, o cuidado espiritual, o seu trabalho na cidade e a estruturação das famílias negras.

É na segunda metade do século XX, no entanto, a partir do florescimento do movimento feminista e reconhecimento dos direitos das mulheres, que as mulheres negras começaram a se organizar. Neste momento sentiram dificuldade em incluir sua demanda na pauta política desses espaços liderados por mulheres brancas com referenciais no feminismo europeu, negando-se a reconhecer as diferenças tratando a *categoria mulher* de forma homogênea e universal (RODRIGUES e PRADO, 2010). Mesmo nos dias atuais essa prática ainda é recorrente, porém o diferencial está na organização das mulheres negras unidas por suas singularidades e similaridades no combate à violência de gênero e raça.

O Movimento Negro Unificado – MNU foi o berço da organização política das mulheres negras. A experiência cultural e histórica comum de uma opressão que começou primeiro pela via racial acabou por fortalecer os laços políticos. A resistência compartilhada desde o período da escravidão possibilitou a essas mulheres pluralizar a sua luta⁶. Mesmo compartilhando as questões atinentes à raça, essas mulheres não estavam contempladas na ausência do debate de gênero, e puderam a partir dali, se articular politicamente.

Dessas organizações e movimentos de base, emerge o pensamento feminista negro. Ele traz a mulher negra para o centro do debate, privilegiando análises que tenham como centro o lugar que a mulher negra ocupa na estrutura social. Além da compreensão de que as desigualdades devem ser objetos de produção de conhecimento crítico, o feminismo negro também dá espaço a vozes que foram historicamente silenciadas, as vozes das mulheres negras.

Nos anos 70 as organizações de mulheres negras começam a ganhar força no Brasil, e reivindicavam duplamente o movimento negro e o feminismo, denunciando a diferença com que as mulheres e homens negros sentiam e sentem a discriminação racial, acrescentando assim a problemática do gênero à questão do racismo. Denunciavam portanto o racismo presente nos movimentos de mulheres, e as posturas machistas da militância negra. (RODRIGUES e PRADO, 2010)

Essa articulação da categoria raça e gênero é fundamental para compreender a realidade da mulher negra, dentro do feminismo negro, promovendo uma identificação e união internacional entre mulheres negras, a despeito dos diferentes contextos e lugares no mundo. Todas são atingidas pelas opressões de gênero, raça e classe. (BARRETO, 2005)

A aproximação do movimento das mulheres negras com o feminismo apresenta conflitos na definição de quais são as demandas prioritárias. Como traz Sueli Carneiro no artigo “*Mulheres em movimento*” o feminismo brasileiro por muito tempo esteve prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, incapaz de reconhecer as diferenças e desigualdades do universo feminino a despeito de sua identidade biológica, silenciando assim vozes e corpos daquelas mulheres vítimas de

⁶ Lélia González, Por um feminismo Afro-latino-Americano. Acessado em: 05/07/2017

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf>

outras formas de opressão para além do sexismo, permanecendo invisibilizadas e silenciadas. (CARNEIRO, 2003)

A mulher negra, ao perceber a especificidade de sua questão, buscou então demarcar sua identidade a partir da sua experiência de vida com o racismo, interferindo nos processos sociais a partir de uma construção de um novo sentido de pertencimento à sociedade baseado na sua subjetividade. Sueli Carneiro cunha a expressão “enegrecer o feminismo” (CARNEIRO, 2003) ao discorrer sobre este aspecto da trajetória das mulheres negras dentro do movimento feminista: empreender uma mudança na agenda política inserindo a luta pela desigualdade de gênero e intra-gênero, ao expor a perspectiva das feministas negras partindo da sua condição específica de mulher, negra, e muitas vezes pobre.

Essa percepção incentivou o engajamento das mulheres negras nas lutas, tanto em movimentos populares como naqueles promovidos pelo movimento negro de contextos nacionais e internacionais, na pretensão de assegurar uma agenda específica. Tal processo vem desde a década de 80 surtindo efeitos na criação de organizações diversos de fóruns específicos, e instâncias nacionais de organização das mulheres negras a partir dos quais se transversalizam os temas da agenda feminista à luz do racismo e da discriminação.

Neste sentido, o movimento de mulheres negras demonstra como é importante olhar para o racismo e sexismo como uma série de efeitos que não se resumem a uma única causa. Novos olhares e novos lugares de fala propiciam uma diferente construção para o saber científico. Analisar a produção das identidades contemporâneas a partir de questões que demarcam lugares sociais é trazer novas perspectivas para antigos temas com novos olhares. As marcações identitárias acionadas pelo movimento da mulheres negras configuram um importante componente na luta antirracista e antissexista. (HOOKS, 1995)

Nesse contexto a positivação do adjetivo “Negra” é um processo de contraidentificação em resposta ao discurso da mestiçagem e da democracia racial. A partir de si mesmas as mulheres negras adotam a postura de oposição a nomes e adjetivos como mulata, morena, cor de jambo, queimada, e outros ainda que dão ao termo “negro” uma ideia de tabu. Essas mulheres então assumem a negritude enquanto categoria sócio-histórica para opor o discurso dominante de inferiorização

do negro e recusa do embranquecimento. (MUNANGA, 1986: 06 apud CESTARI, pg 201).

3.2 Opressão e Apropriação

As mulheres negras, através da perspectiva do feminismo negro, conquistaram alguns espaços e direitos. Mesmo com os avanços, o cenário atual ainda desfavorável e há muito o que fazer para superar o racismo, machismo, sexismo e desigualdades sociais. Quando se fala em violência contra a mulher, a cor da pele faz a diferença. Nos últimos anos, os homicídios de negras no Brasil cresceram 54,2%, enquanto os de brancas, caíram 9,8%. Os números apresentados no Mapa da Violência de 2015 (WASELFISZ, 2015) evidenciam uma realidade de opressão sobre a mulher negra, muito ligada a uma cultura antiga de hipersexualização e exploração.

Durante boa parte de sua história, as mulheres negras tiveram negado seu direito de contar suas próprias experiências. O racismo e o machismo mantiveram as relações de poder da forma como se estabelecem na sociedade condicionando a maior parte da população negra à pobreza e falta de acesso à educação formal, negando assim o ingresso dessas pessoas nos espaços de poder e de produção de conhecimento.

Apesar da história escravagista e do imaginário racista e machista que insiste em querer atribuir às mulheres negras determinados lugares de subalternização e subtração do seu poder de agência, essas mulheres continuam a resistir e se organizar. O movimento feminista negro passou por diversas modificações e alcançando novas formas de atuação e uma dessas formas tem sido por meio da internet e das redes sociais. A facilidade de acesso à informação e a interação entre pessoas, mesmo que desconhecidas, tem contribuído para que mais mulheres possam entender e se identificar com o feminismo. Assim, surgiram diversos conteúdos para levar conhecimento e debater sobre o movimento. Além disso, celebridades, youtubers, e outras pensadoras negras também passaram a falar sobre o empoderamento das mulheres negras e a luta do feminismo negro.

Mesmo que ao longo dos anos tenham sido caladas as vozes dessas mulheres nas instâncias de poder e na mídia formal, a luta pelo aumento do acesso da população negra às universidades através das políticas de ação afirmativa, tem

gerado uma produção expressiva de pessoas negras reivindicando protagonismo de sua própria história. Assim surgem novas narrativas que, quando compartilhadas e ampliadas pela rede, fortalecem outras mulheres a assumir sua própria história. (RIBEIRO, 2017)

Esse ativismo virtual tem auxiliado a modificar o cenário das relações raciais no ambiente virtual e fora dele, gerando através da mídia alternativa uma provocação para que a grande imprensa perceba e pautar com maior frequência as questões raciais gerando transformações sócias políticas e culturais dentro da sociedade. As redes sociais se tornaram então um dos principais centros de debate e troca de informações do mundo moderno. As redes sociais tais como o Facebook, YouTube fóruns de discussão, auxiliam na articulação entre diversos grupos de feministas negras e jovens mulheres aumentando o alcance de suas vozes pela construção de uma nova maneira de se pensar a realidade do Brasil e do feminismo. (BARBOSA, 2016)

4. A internet em disputa

A comunicação mediada por computadores se espalhou mundo afora, ainda que a inclusão digital esteja longe de se estabelecer em muitos países. A parte que já está conectada interage entre si e reforça a sua multiplicidade. Iniciando na década de 70 com o surgimento da microinformática, e com o aparecimento dos computadores pessoais (PCs), a internet se consolida nos anos 1980 e 1990 com o surgimento e a popularização da internet e a substituição dos PCs, devido à conexão em rede ao ciberespaço, por computadores coletivos (CCs). (MELO, 2010)

A internet hoje pode ser considerada parte significativa da maneira como a sociedade interage e se relaciona. Por meio da Internet é possível realizar inúmeras tarefas e atividades, para além da comunicação. A popularização da internet e disseminação do seu uso através das políticas de inclusão digital no Brasil tem facilitado o acesso de milhares de pessoas, não apenas pela utilização de computadores, mas também através da conexão pelos telefones inteligentes e diversos dispositivos eletrônicos como *tablets*, *lpads*, e etc que fazem com que cada vez mais pessoas estejam ingressando neste espaço. (TARDIVO e BIZELLI, 2015)

O surgimento da internet propiciou uma reorganização cultural e uma nova formação de sociabilidade conectando pessoas através de recursos inovadores, e ampliando as interações sociais. Essa facilidade de acesso permite que todos que estão conectados à rede possam se comunicar com outras pessoas de maneira informal e livre. A internet também é um espaço aberto para a divulgação de ideias diversas, e trocas de informações entre pessoas, se configurando assim como um importante campo para relações sociais e culturais. (ARRUDA, 2011)

O ciberespaço emerge como aproximador da cultura e suas possibilidades tecnológicas. A digitalização da cultura da maneira como foi concebida abrange novas práticas comunicativas, sociais, artísticas e políticas. As redes sociais, blogs, fóruns de discussão, sites pessoais, e o ciberativismo⁷ possibilitam novas formas de interação a partir de regras próprias desse espaço. (DIAS, 2005).

Uma pesquisa realizada em 2015 pela TIC Domicílios, sobre uso e acesso da população brasileira às tecnologias de informação, mostrou que 58% da população

⁷ O ciberativismo aqui é entendido como a apropriação de movimentos sociais pela internet no intuito de mobilizar pessoas, difundir opiniões e promover ações fora da rede, etc.

brasileira usa internet, o que representa aproximadamente 102 milhões de pessoas interagindo na rede⁸. Mesmo que ainda exista no Brasil uma parcela da população sem acesso à internet, o país é de no Brasil muitas pessoas ainda não terem acesso à internet, já há uma grande percentual que promove e articula informações na rede. Essa construção cultural tem no chamado espaço virtual seu local de manifestação. Os estudiosos que analisam o fenômeno da cibercultura, afirmam que esse campo social possui características próprias de sistematização, que não se confundem com produções inéditas, pois as referências para as trocas estabelecidas neste meio são, *a priori*, organizadas fora do mundo virtual:

O virtual, dessa forma, não implica desrealização, pois muitos dos atos produzidos pelos mecanismos de virtualização são fatos sociais concretos, já que produzem efeitos na realidade e, assim, não pertencem ao reino do imaginário, não desaparecem do universo das ações sociais tão logo sejam desligados os mecanismos tecnológicos que permitiram sua existência “virtual”. Falas digitalizadas que ocorrem no ciberespaço podem desaparecer como sinais magnéticos momentaneamente armazenados em alguns computadores, mas os efeitos concretos destas falas não desaparecem na mente dos interlocutores que as mantiveram, nem as decisões no mundo off-line que possam ser tomadas em função delas. (JUNGBLUT, 2004, p. 3 apud ASSIS E AMORIM, 2011, pg 132)

Muitos autores acreditam que a possibilidade de interação com máximo alcance e pouca exposição convergem para o acolhimento de discursos de ódio, que nos últimos anos vem sendo cada vez mais pronunciados. Sobre esse pensamento Adriana Dias afirma que:

Neste processo, o espaço digital, enquanto campo, viabiliza o universo de possibilidades de interação: é possível uma imensa exposição, alcançando milhares de internauta, e ainda assim resguardar algum anonimato. Esta característica do campo digital revelar escondendo e esconder revelando, é deliberadamente conveniente ao sites racistas, por acolher o universo dicotômico de sua possibilidade discursiva: este misto de grito de ódio, e silêncio criminoso. Neste campo, o habitus racista circunscreve sua estratégia de produção, legitimação e reprodução do pensar, sentir e agir discriminatórios, em sua particular gramática lógica de classificar, desclassificar e reclassificar. (DIAS, 2005, pg 73).

Apesar da ideia comum de que a sensação de anonimato explique a facilidade da disseminação de discursos racistas e preconceituosos na internet, é possível observar também o uso explícito de perfis pessoais para difundir mensagens de ódio. Quando se faz o recorte racial da ofensa, a população negra sente na pele os efeitos

⁸ Dados apresentados pelo site < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 01/07/2017

da discriminação dentro da lógica de um sistema prioritariamente racista. A internet, quando compreendida enquanto ferramenta que intermedia as relações, acaba por reproduzir a experiência real. A maneira como as pessoas se comportam na internet pode ser vista como um espelho daquilo que vivem fora dali, tendo ampliados os discursos e possibilidades a partir da agregação de pensamentos semelhantes, seja pela articulação e empoderamento de comunidades historicamente oprimidas, seja para difundir discursos racistas, machistas, LGBTQfóbicos e outras formas de ódio. (RAZEN, 2015)

4.1 Na mira do ódio

No ano de 2015, a atriz Taís Araújo sofreu ataques racistas nas suas contas pessoais do Facebook e Instagram. A notícia reverberou pela internet, em portais famosos como Globo.com, R7, Veja.abril, e outros sites de grande alcance no Brasil. A resposta de Taís veio dias depois apresentando uma postura combativa e empoderada:

[...]

Absolutamente tudo está registrado e será enviado à polícia federal.

[...]

Por ironia do destino ou não, isso ocorreu no momento em que eu estava no palco do Teatro Faap com O Topo da Montanha, um texto sobre ninguém menos que Martin Luther King e que fala justamente sobre afeto, tolerância e igualdade. Aproveito pra convidar você, pequeno covarde, a ver e ouvir o que temos a dizer. Acho que você está mesmo precisando ouvir algumas coisinhas sobre amor.

[...] E quero que esse episódio sirva de exemplo: sempre que você encontrar qualquer forma de discriminação, denuncie. Não se cale, mostre que você não tem vergonha de ser o que é e continue incomodando os covardes. Só assim vamos construir um Brasil mais civilizado.

A minha única resposta pra isso é o amor!”⁹

⁹Disponível

em:

<<https://www.facebook.com/taisdeverdade/photos/a.467026363422100.1073741830.460027354122001/473302922794444/?type=3&theater>> Acesso em: 06/03/2017.

Outra mulher negra que também foi alvo de comentários racistas na sua página pessoal foi a MC Carol, funkeira carioca, que além de declarar que iria acionar autoridades responsáveis, convoca seus interlocutores que já também passaram pela mesma experiência a acompanhá-la a denunciar.

“Tô saindo de casa pra ir na Cidade da Policia pra fazer a denúncia na Delegacia de Crimes de Informática. Queria agradecer a todos que mandaram infos sobre o grupo e dizer pros integrantes dele que não adianta mandar msgm pedindo desculpa... Agora é arcar c as consequências!

Se alguém já sofreu algo do tipo, mora no Rio e nunca teve coragem de denunciar, leva os prints dos ataques e vamo encontrar comigo lá na Delegacia as 10h... Pq como diz a frase que escutei essa semana:

"O SILÊNCIO NÃO VAI TE PROTEGER" - Audre Lorde"¹⁰

O racismo sofrido por Taís Araújo e MC Carol não foram os únicos que ocorreram nesse biênio. Preta Gil, Ludmilla, Maju Coutinho, Cris Viana e Sheron Menezes foram outras mulheres que sofreram ataques através da internet. Essas, por sua condição de notoriedade também tiveram destaque. A realidade é que muitas outras negras anônimas também sofrem, porém seu sofrimento não é digno de nota. Os ataques prioritariamente feitos no Facebook ou Instagram tinham comentários racistas declarados, por usuários certos de sua impunidade. O recorte proposto para este trabalho refere-se ao posicionamento dessas mulheres e sua mobilização posterior. Uma notícia veiculada pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades traz dados da ONG SaferNet Brasil que rastreou nas plataformas do Facebook, Twitter e Instragram, entre abril e junho de 2016, um total de 393,284 menções sobre racismo, posicionamento político e homofobia, sendo 84% com declarado preconceito e discriminação. Esse dado informa o quanto ainda há de intolerância no Brasil, desmistificando a ideia de democracia racial de cordialidade para com o outro.

¹⁰Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/mccaroldeniteroioficial/posts/?ref=page_internal>

Acesso em: 06/03/2017.

A partir desses casos provocadores, este trabalho propõe-se a compreender algumas das possibilidades de atuação das mulheres negras no combate e ressignificação do racismo praticado pelas redes sociais.

4.2 A saída penal

Com base na trajetória de luta do movimento negro, a criminalização do racismo, foi uma das pautas mais significativas. Seguindo esta linha, o primeiro pensamento que se tem ao se deparar com um caso de racismo é acionar o sistema penal na tentativa de coibir as manifestações racistas. Tradicionalmente o sistema penal é acionado pelos movimentos sociais no intuito de proteger a conformação positiva de determinadas identidades criando obstáculos às práticas de desrespeito, no sentido de minimizar a discriminação. (PIRES, 2013)

Expor uma determinada conduta como nociva e passível de punição é a validação de que o Estado se compromete com sua eliminação. Durante muitos anos o racismo foi tratado como um problema da esfera privada e não de ordem pública. A criminalização do racismo então, enseja tornar o problema do racismo como público e que seu combate passe a ser responsabilidade das instituições públicas brasileiras, além de promover uma afirmação das pessoas negras enquanto atores políticos. (PIRES, 2013).

É inegável que a criminalização do racismo contribui para uma mudança no referencial simbólico que rege as relações sociais. As medidas legais correspondem aos anseios de segurança de um grupo de pessoas e cumprem um papel de empoderamento para a população negra, historicamente negligenciada pelos espaços institucionais.

Apesar de sua significativa relevância no plano simbólico, sobretudo no sentido de reconhecimento de uma demanda da população negra, a criminalização possui várias críticas em razão da sua origem. O sistema penal é um sistema de controle do Estado. Sua função primordial é determinar quais condutas são desviantes a partir de conflitos sociais específicos, definindo assim quais concepções de vida vão merecer respeito e quais serão consideradas ameaça ao bem comum. (PIRES, 2013)

Uma das críticas que são colocadas sobre a utilização do sistema penal como afirmação de direitos para a população negra é que esses sistema muito mais

reproduz e sustenta as hierarquias do que efetivamente garante direitos. Sobre isso Santos discorre:

O sistema penal exerce a função social de reproduzir as relações sociais e de manter a estrutura vertical da sociedade e os processos de marginalização. Um dos setores que frequentemente tem sido objeto de denúncia é o sistema penitenciário brasileiro, com celas superlotadas, má administração, tortura, etc. Enfim, o sistema penal é um sistema que não tem garantido os direitos mínimos dos apenados. O discurso jurídico que, por sua vez, dá racionalidade a esse sistema é o direito penal, que tem a função de sustentar, discursivamente, o sistema penal e, por isso mesmo, não pode ser um discurso eficaz na proteção dos Direitos Humanos, e é ainda muito limitado. (SANTOS, 2013, p. 56)

Para além dos limites da criminalização, a partir de uma perspectiva punitivista do Estado, há também a limitação do acesso da população negra às instituições de justiça, como uma das facetas do racismo institucional. A lentidão, morosidade, e onerosidade do processo judicial são fatores que impedem que a população negra, em geral com menos recursos, possa ter acesso a reparação por meio da justiça. A naturalização das hierarquias raciais nas instituições realizada por agentes públicos manifestam um racismo estrutural muitas vezes inconsciente pelo grupo dominante gera uma vulnerabilidade para pessoas negras, num sistema generalizado de discriminações que se alimenta, e assegura uma reprodução automática num ciclo vicioso. Uma vez que as agências de controle estão todas contaminadas pelo racismo institucional, comprometendo a disponibilidade da criminalização racial, as medidas tomadas a partir dessa estrutura terão dificuldade em se efetivar. (PIRES, 2013)

Sobre a utilização do aparelho Estatal para efetivação da proteção, Flauzina traz:

Entendemos que o Estado acolhe as pressões do movimento negro a partir do direito penal pelo simples fato de que os efeitos de tais postulações serão necessariamente inócuos. São inócuos porque o direito penal, ao contrário dos demais ramos do direito, é um campo da negatividade e da repressão, não se constituindo como espaço para promover interesses de caráter emancipatório. [...] Procura-se abrigo justamente no lugar em que o racismo tem uma de suas principais fontes de sustentação. (2008: 91-92)

A partir da compreensão das limitações do sistema penal na emancipação da população negra, os movimentos de mulheres negras trilham caminhos alternativos. A demanda penal então entra como uma das possibilidades de mais um lugar de disputa na luta por reconhecimento da população negra.

4.3 Resignificando a internet

A mulheres negras foi negado durante muitos anos a oportunidade de contar suas próprias experiências. O racismo e o machismo, responsáveis pela manutenção das relações raciais e de gênero, negou a essas mulheres o ingresso em espaços de poder e de produção de conhecimento, o que, provocou uma exclusão social e negação de direitos. Apesar dessa negação as mulheres negras tem construído espaços de produção narrativas, tendo sua vivência como ponto de partida para elaboração de novas estratégias sociais e políticas. (OLIVEIRA, 2016)

Tanto Taís Araújo como MC Carol são mulheres negras que estão cada vez mais ganhando espaço no cenário brasileiro. Taís Araújo, que na época do ocorrido estava em franca ascensão juntamente com seu marido também negro Lázaro Ramos - em cartaz com a peça “O topo da montanha”; estreando “Mister Brau” o primeiro seriado brasileiro com protagonistas negros bem sucedidos, e apresentando em conjunto com outras mulheres o programa “saia Justa”. MC Carol, outra mulher negra, que canta um ritmo musical periférico e discriminado é outra figura que também vem se destacando. Essas mulheres deslocam-se do lugar de subalternidade a elas destinado. Essa ascensão provoca e incomoda. Mas o que torna essas mulheres especiais para esse trabalho é que sua postura não é apenas figurativa. Para além da representatividade, essas mulheres utilizam sua notoriedade para trazer à tona as discussões que as mulheres negras vem travando ao longo de sua história de luta.

A trajetória dessas duas mulheres perpassa a luta pelo empoderamento das mulheres negras promovida pelo movimento feminista negro. Elas passam então de vítimas à agentes de mudança. A resposta dada por essas mulheres foi trazer o debate à baila, provocar a sociedade a partir de seu local privilegiado. Dessa elas se apropriam da ofensa, transformando-a em arma. Os instrumentos de comunicação como forma de organização e resistência fazem parte da luta negra desde os primeiros trabalhos da imprensa negra, onde reverberam discursos de construção de uma identidade positiva para a população negra.

A experiência vivida por elas e o tratamento dispensado reverbera de maneira positiva em outras mulheres negras que tenham acesso ao conteúdo disponibilizado. A referência à criminalização aqui tem um efeito positivo ao estimular que as mulheres negras provoquem o Estado a assumir a responsabilidade na proteção aos seus

direitos, e ainda a sua contundente colocação sobre o novo espaço ocupado por elas. Sua negativa de voltar atrás abre o espaço para que mais pessoas compreendam que a disputa pela representatividade está apenas no começo.

As mulheres negras mais jovens vem se inserindo cada vez mais na internet fazendo ecoar o discurso afro-feminista pelas redes. Sites como Geledés, Blogueiras Negras, páginas pessoais de pensadoras contemporâneas como Djamila Ribeiro, e influenciadoras digitais como Nátaly Nery, Monique Evele, Gabi Oliveira dentre muitas outras, vão provocando uma descentralização de conhecimento.

Pode-se entender essa tomada de espaços na da internet como uma retomada da comunicação em rede das mulheres negras, principalmente. A possibilidade de diálogo proporcionada pela internet gera um local de fala fora da mídia hegemônica excludente, mas com um grande potencial de repercussão através da ampliação e divulgação de saberes. As redes sociais são um canal de reverberação de discursos e produção de novas narrativas. Desde o empoderamento estético das “Influenciadoras Digitais”, que perpassa a dimensão pessoal de retomada de autoestima, que foi retirada das mulheres negras por sua condição de subordinação, até a disseminação de conhecimento acadêmico, ampliando assim as vozes que produzem conhecimento negro fora do local de objeto e assumindo suas próprias narrativas.

Considerações Finais

A trajetória de luta do movimento negro é altamente significativa. Compreender como se deu a resistência negra ao longo da história do Brasil fornece um panorama do porquê existem até hoje conflitos de ordem racial. A falsa ideia de cordialidade e o mito da democracia racial dificultam a elaboração de estratégias de combate ao racismo. A criminalização do racismo, que foi uma das pautas mais importantes do movimento negro, é uma ferramenta que tem um grande potencial simbólico na afirmação da identidade negra enquanto sujeitos de direito.

Destacar os episódios sofridos por Taís Araújo e MC Carol são significativos pois elas representam mulheres negras que estão deslocadas de seu lugar de subalternidade. Elas estão em ascensão e cada vez mais pautando a sociedade, a partir do seu lugar a representatividade das mulheres negras, gordas, fora do padrão branco hegemônico que ainda faz parte do status social hegemônico. Ao quebrar a linha do padrão, essas mulheres constroem novas narrativas e se tornam portos de passagem para outras mulheres. Assim como são também o reflexo da luta de muitas outras.

Percebe-se então que a apropriação das mulheres negras pelo espaço cibernético é um ampliar e reverberar de vozes que foram historicamente negligenciadas. Utilizar a ofensa sofrida e a partir dela provocar as pessoas a compreender como a estrutura racializada da sociedade perpetua violências é então abrir caminho para uma nova frente de combate e disputas a partir do diálogo transversal que a internet possibilita.

É importante ressaltar aqui também que tanto Taís Araújo quanto MC Carol, no seu pronunciamento sobre as ofensas sofridas, convocaram a população negra a acionar o sistema de justiça. A disputa que se faz do sistema penal e as transformações que advém da provocação do sistema penal não procedem apenas da condenação em si mas também decorre da própria agência das pessoas negras, que adentram a justiça e criam novas relações sociais e novos imaginários simbólicos. Essa agência negra gera novas formas de perceber o que é correto ou não, podendo produzir uma mudança gradual, a qual, futuramente, poderá acarretar numa gestão mais democrática e menos racista do sistema penal. Tudo isso passa pelas disputas do movimento e da população negra, afirmando suas posições enquanto sujeitos da história, logo, como sujeitos de direitos

Bibliografia

- ADORNO, S. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, p. 283-300, 1996.
- ARAÚJO, A. C. H. et al. **Obsrvatório Brasil da Igualdade de Gênero**. [S.l.], p. 14. 2016.
- ARRUDA, G. R. P. **Movimentos Sociais no Ciberespaço: Uma Investigação sobre o Ciberativismo**. Mestrado - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 115. 2011.
- ASSIS, M. F.; AMORIM, C. R. Racismoonline.com.br. **Revista da ABPN**, v. 2, n. 4, p. 131-149., Mar 2011.
- ÁVILA, T. C. Racismo e injúria racial no ordenamento jurídico brasileiro. **REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO-UFU**, v. 42, n. 2, p. 349-371, 2014.
- BARBOSA, M. blogueirasnegras.org. **Blogueiras Negras**, 2016. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2016/10/20/internet-como-um-apendice-da-resistencia-negra/>>. Acesso em: 30 junho 2017.
- BARRETO, R. D. A. Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça:, Rio de Janeiro, 02 Março 2005.
- BARRETO, R. D. A. **Enegrecendo o Feminismo'ou'Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia González**. Mestrado em História (Dissertação). Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, p. 128. 2005.
- BARSTED, L. L.; HERMANN, J.; MELLO, M. E. V. (Eds.). **AS MULHERES E A LEGISLAÇÃO CONTRA O RACISMO**: Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: 85-88222-10-8, 2001.
- CAMPOS, W. O. **Direito, ideologia e política**: o processo de elaboração da Lei Afonso Arinos (1951). VI Congresso Internacional de História 2175-4446. [S.l.]: [s.n.]. 2013. p. 1-13.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro, v. 49, p. 58-65, 2003.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- CARVALHO, A. L. S. Resenha de "Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998" de CARDOSO, Marcos Antônio - 2002. **Revista da ABPN**, v. 2, n. 5, p. 173-176, 2011.
- CESTARI, M. J. **VOZES-MULHERES NEGRAS OU FEMINISTAS E ANTIRRACISTAS GRAÇAS ÀS YABÁS**. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 264. 2015.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

DIAS, A. **LINKS DE ÓDIO Uma etnografia do racismo na Internet**. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Universidade de Campinas. Campinas, p. 108. 2005.

DIAS, S. M. B. **O papel da internet para as redes de organizações não-governamentais: o caso da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)**. Mestrado - Pontifícia Universidade Católica – PUC. São Paulo, p. 111. 2009.

DUARTE, R. B. S. **A INTERNET COMO MEIO DE PROPAGAÇÃO DO RACISMO AFRO-BRASILEIRO**. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais Aplicadas, UNICEUB. Brasília, p. 47. 2006.

GAIA, G. E. C.; BENTES, R. M.; SILVA, L. R. **Racismo Virtual – A intolerância racial no Facebook e Twitter**. PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA Faculdade Martha Falcão (FMF). Manaus, p. 19. 2016.

GAY, A.; QUINTANS,. publicadireito.com, 2017. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7d7733c8d01b7352>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

GONZALES, L. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: (ORG), M. T. L. **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. [S.l.]: Edições Graal, 1982. p. 87-106.

GONZALES, L. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, v. 3, 1982. 84-88 p. Acesso em: 10 Março 2017.

GUIMARÃES, A. S.; MACEDO, M. "Diário Trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940.". **Dados-Revista de Ciências Sociais**, 2008.

HOOKS, B. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em: 10 janeiro 2017.

JUNIOR, R. L. D. S. RAÇA E JUSTIÇA - O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O RACISMO INSTITUCIONAL NO FLUXO DE JUSTIÇA, Recife, 24 Fevereiro 2006.

LIMA, A. N. C. **MULHERES MILITANTES NEGRAS: a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas**. II CONINTER - Universidade Federal do Maranhão. São Luiz: [s.n.]. 2013. p. 15.

MACHADO, M. R. A.; SANTOS, N. N. S.; FERREIRA, C. C. LEGISLAÇÃO ANTIRRACISTA PUNITIVA NO BRASIL: uma aproximação à aplicação do direito pelos Tribunais de Justiça Brasileiros. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 2, n. 1, p. 60-92, jan 2015.

MALTA, R. B.; OLIVEIRA, L. T. B. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Revista Gênero** , Niterói , v. 16, n. 2, p. 55 - 69, 2016.

MARCHERI, P. L. **A TIPIIFICAÇÃO DO RACISMO NA INTERNET: ASPECTOS PENAIS E CONSTITUCIONAIS**. COLÓQUIO DE PESQUISA DAS UNIVERSIDADES PAULISTAS. São Paulo: Clássica Editora. 2016. p. 147-167.

MARCONDES, M. M. et al. **Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

MARIOTTO, L.; SILVA, R. L. **DISCURSOS DE ÓDIO ONLINE: UMA ANÁLISE DA COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO AMBIENTE VIRTUAL**. UNIFRA. Santa Maria, p. 10.

MELO, C. E. S. **RACISMO E VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS PELA INTERNET - Estudo da Lei No 7.716/89**. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO - FACULDADE DE DIREITO DA USP. São Paulo, p. 110. 2010.

MELO, C. E. S. D. **RACISMO E VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS PELA INTERNET- ESTUDO DA LEI Nº7.716/89**, São Paulo, 2010.

MOREIRA, N. R. **feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Mestrado (Dissertação) - Universidad Estadual de Campinas. Campinas, p. 120. 2007.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala**. 3ª. ed. São Paulo: LECH LIVRARIA EDITORA CIÊNCIAS HUMANAS LTDA, 1981.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática S. A., 1986.

MOURA, C. **História do Negro Brasileiro**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Ática S. A., 1992.

NASCIMENTO, G. M.; DUARTE, E. P.; QUEIROZ, M. V. L. O silêncio dos juristas: A imunidade tributária sob templo de qualquer custo e as religiões de matriz africana à luz da Constituição de 1988. **REVISTA QUAESTIO IURIS**, v. 10, n. 2, p. 1162-1180, 2017.

OLIVEIRA, L. T. B. **NARRATIVAS EM REDE: O FEMINISMO NEGRO NAS REDES SOCIAIS**. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS Programa de Pós Graduação em Sociologia. São Cristóvão: [s.n.]. 2016. p. 810-823.

PEREIRA, A. A. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, p. 25-45, 2011.

PEREIRA, B. C. J. **Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras**. Dissertação Mestrado - Departamento de Sociologia UNB. Brasília, p. 132. 2013.

PIRES, Á. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos.. **Novos Estudos Cebrap**, v. 68, n. 3, p. 39-60, 2004.

PIRES, T. R. O. **CRIMINALIZAÇÃO DO RACISMO: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos**. Tese de doutorado - PUC/Rio. Rio de Janeiro 2013.

RATTS, A. J. P. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras**. XXVII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. [S.l.]: [s.n.]. 2003.

RAZEN, J. Justificando, 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/04/16/o-que-ha-de-real-no-racismo-virtual/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

RELATÓRIO DE GESTÃO OUVIDORIA NACIONAL DA IGUALDADE RACIAL 2011 - 2014. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL OUVIDORIA NACIONAL DA IGUALDADE RACIAL. [S.l.], p. 22. 2014.

RIBEIRO, D. Dissenso.org. **Dissenso**, 2017. Disponível em: <<http://dissenso.org/pode-o-subalterno-falar/>>. Acesso em: 22 junho 2017.

RIBEIRO, J. C. “Só corpo, sem mente”: direitos reprodutivos, imaginário social e controle sobre os corpos das mulheres negras. **Pós**, v. 11, n. 1, p. 179-199, 2012.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, 2013.

RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: Trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

SANTOS, I. A. **Direitos humanos e as práticas de racismo: o que faremos com os brancos racistas**. Tese (Doutorado)—Universidade de Brasília. Brasília, p. 514. 2012.

SANTOS, I. A. A. D. **DIREITOS HUMANOS E AS PRATICAS DE RACISMO**. Brasília: Camara, 2013.

SANTOS, M. A.; SILVA, M. M. **Discurso do Ódio na Sociedade da Informação Preconceito, Discriminação e Racismo em Redes Sociais**. In. XXII Congresso Nacional do CONPEDI/UNINOVE-SP. São Paulo: [s.n.]. 2013. p. 82-99.

SEPIR. **Relatório de trabalho da comissão permanente de avaliação de documentos sigilosos**. SEPIR. Brasília. 2013.

SILVA, A. P. et al. Racismo ou Injúria Racial? **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 1, n. 9, p. 81-99, 2013.

SILVA, M. S. **MACACOS, HASHTAGS E BANANAS: FUTEBOL, RACISMO E REDES SOCIAIS**. Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. UFES. Vitória: [s.n.]. 2015. p. 15.

SILVA, N. P. **AS LEIS ANTI-RACISTAS COMO COMBATE AO PRECONCEITO E À DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM ESTADOS DO NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL**. Especialização - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - FESMIP-BA. Salvador-Bahia, p. 56. 2005.

SILVA, R. L. et al. DISCURSOS DE ÓDIO EM REDES SOCIAIS: JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA. **REVISTA DIREITO GV**, SÃO PAULO, v. 7, n. 2, p. 445-468, JUL-DEZ 2011.

SILVA, T. P.; BRAGA, C. F. **acismo e Sexismo Sofrido por Mulheres Negras no Facebook**. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: [s.n.]. 2016. p. 14.

SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa: Percepções da "CASA GRANDE" e da "SENZALA". **Perspectivas**, São Paulo, v. 26, p. 57-79, 2003.

SOUZA FILHO, G. A. LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET: GLOBALIZAÇÃO E O DIREITO INTERNACIONAL. **Argumenta Journal Law**, v. 9, n. 9, p. 197-213, 2008.

STEFFEN, C.; WAINBERG, J. A. **Rastreamento e caracterização de movimentos de ódio na Internet**. PUCRS. Rio Grande do Sul, p. 47. 2008.

TARDIVO, J. A.; BIZELLI, J. L. **CIBERCULTURA: A INTERNET COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO E SOCIABILIDADE CONTEMPORÂNEA**. UNESP. São Paulo, p. 10. 2015.

THEODORO, M. et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

VILLAS BOAS, R. V.; SALGADO, R. H. C.; SANTOS, G. F. **XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA**. Florianópolis: CONPEDI. 2015. p. 28.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**. FLACSO. Brasília. 2015.